



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	Política social e gestão de serviços sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-756-7 DOI 10.22533/at.ed.567192511  1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.  CDD 361
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Porém, destacam-se as especificidades e contextos inerentes de cada região. A realidade brasileira historicamente foi permeada por contradições sociais e econômicas, que tem forte impacto na condução e execução das políticas sociais.

A política social e os bens e serviços sociais emergem das relações sociais de uma sociedade em constante transformação e são produtos de uma arena de conflitos, ao mesmo tempo em que buscam consenso reproduzem a manutenção da ordem e do controle. Logo, a compreensão destes conceitos implica necessariamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, assim como a conjuntura econômica, social, cultural e política.

Esta coletânea intitulada “Política Social e Gestão dos Serviços Sociais” apresenta reflexões acerca da concepção da Política Social e da Gestão dos Serviços Sociais, e, questões transversais que influenciaram a concepção, transformação e os movimentos sociais para o seu aprimoramento. Os autores utilizam diferentes metodologias, tais como: revisões bibliográficas, análise documental, abordagens técnicas e qualitativas, pesquisa de campo com entrevistas e estudos de casos. Cabe ressaltar, que a variedade das discussões asseguradas neste exemplar, que é composto por vinte e três artigos, é também intrínseca a configuração do próprio desenrolar da política social, que perpassa por diferentes meandros e tem uma infinidade de possibilidades e desdobramentos.

Este livro reúne uma coletânea de artigos, que foram subdivididos em dois blocos centrais. O primeiro bloco é composto pela contextualização da política social e por reflexões sobre sua influência no processo de trabalho do Assistente Social. Assim, os autores realizam ponderações acerca da conjuntura de institucionalização da política social, com apontamentos sobre o contexto histórico do desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo na América Latina e elucidação do desmantelamento das políticas sociais na contemporaneidade. Trata-se de uma obra plural, que inclui análises sobre interlocução da política social junto ao processo de trabalho do Assistente Social, abordando mercado de trabalho, a autonomia profissional e reflexão acerca da influência do coronelismo, clientelismo, assistencialismo e da religião no Serviço Social, que são eixos fundamentais para pensar a estruturação desta profissão.

No segundo bloco os autores discorrem sobre políticas sociais públicas, como: Política de Assistência Social, Adolescentes e Jovens, Sistema Penal - Segurança Pública, Racial, Habitação e Saúde. Para tanto, analisam aspectos sobre a pobreza e a conformação da Assistência Social como política pública, abordando inclusive a estruturação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de

Assistência Social e demonstrando variadas experiências locais. Esse conjunto de inquietações foi primordial para adentrar a discussão sobre os adolescentes, jovens e as famílias, que foi analisado sob a ótica da Proteção Social Básica, ato infracional, medidas socioeducativas e do processo de desligamento dos jovens, institucionalmente acolhidos, ao completarem a maioridade.

Na sequência, o livro apresenta uma análise sobre o sistema penal na sociedade capitalista, que possibilitou a discussão sobre os desafios da desigualdade racial, e também foi explanada a situação dos refugiados acolhidos no Brasil e a perpetuação do racismo. Além disso, a obra contempla a discussão sobre a desigualdade socioespacial, incluindo ponderações sobre a conformação dos espaços urbanos, do direito à cidade e das implicações do Programa de Aceleração do Crescimento. E, por fim, apresenta distintas pesquisas realizadas, que versam sobre a avaliação de desempenho, análises documentais, análise da percepção dos gestores sobre o programa do Governo Federal e pesquisas com enfoque nas políticas de saúde.

Ressalto que, na atualidade, os ataques e cortes das verbas para a Educação Pública influem diretamente na restrição do desenvolvimento dos projetos, que indicam a limitação da realização da pesquisa e do alcance dos necessários resultados. Considerando a fragilidade deste cenário torna-se ainda mais essencial visibilizar os estudos técnicos científicos, sobretudo pelos resultados, que são engendrados as lutas sociais e buscam a manutenção e execução das políticas sociais e dos serviços sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS	
Mariza Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Thaynara Moreira Botelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICA SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Angela Kaline da Silva Santos	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
MERCADO DE TRABALHO, TRABALHO E AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Gabriela Mendes Moreira Schocair	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	
Adriano Pereira Basilo de Oliveira	
Erica Silva de Oliveira	
Vaniele Soares da Cunha Copello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925116</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Lívia Daniela de Brito Berlandi	
Leana Oliveira Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925117</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>84</b>
O SUAS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE AS LÓGICAS DO APERFEIÇOAMENTO E DA RESTRIÇÃO	
Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925118</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS	
Dayana Cury Rolim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925119</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dora Susane Fachetti Miôtto Maria José Coelho dos Santos Eliaidina Wagna Oliveira da Silva César Albenes de Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Carol Colpo Gubert Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi Daniela Tonús	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>145</b>
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Andressa Silva Veloso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO RACIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	
Eliaidina Wagna Oliveira da Silva Maria José Coelho dos Santos Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Dora Susane Fachetti Miotto Marcelo Plotegher Campinhos César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
REFUGIADOS CONGOLESES: A EVIDENCIAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
Suellen Felix Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>178</b>
REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES	
Sueli do Nascimento	
Celena Pereira Rabello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>188</b>
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES	
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva	
Maria José Coelho dos Santos	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva	
Marcelo Plotegher Campinhos	
César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>199</b>
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREA DE ZEIS: MORADIAS DE ALUGUEL NA COMUNIDADE DA SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC	
Raquel Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>212</b>
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM DIFERENCIAL PARA ATUAÇÃO DOS COLABORADORES DO RAMO IMOBILIÁRIO	
Fernando Cavalheiro Silva Da Roza	
Nadya Regina Bilibio Antonello	
Claudia Aline de Souza Ramser	
Letícia Marasca	
Steffani Nikoli Dapper	
Luis Felipe Dias Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
PERCEPÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ SOBRE O PANORAMA DO PROVIMENTO DO MAIS MÉDICOS	
Marlon Gibb Barreto Zimmer	
Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251120</b>	

<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>246</b>
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) DE UMA GRANDE REDE DE FARMÁCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Thâmara Carollyne de Luna Rocha	
Amanda Bastos Castro	
Djalma Coriolano da Silva Júnior	
Rodrigo Lisboa Nunes de Oliveira	
Maria Cleciene Fontes de Oliveira Thomaz	
Débora Dolores Souza da Silva Nascimento	
Stéfani Ferreira de Oliveira	
Maria Joanellys dos Santos Lima	
Williana Tôrres Vilela	
Karolynne Rodrigues de Melo	
Pedro José Rolim Neto	
Rosali Maria Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251121</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>259</b>
INTERVENÇÕES PARA USUÁRIOS DE DROGAS BASEADAS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Ana Maria da Silva Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251122</b>	
<b>CAPÍTULO 23 .....</b>	<b>268</b>
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Rosângela Nascimento Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251123</b>	
<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>280</b>
ATENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA: A SISTEMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS ORGANIZATIVAS PARA SEU CONTROLE NO BRASIL	
Thaislayne Nunes de Oliveira	
Mônica de Castro Maia Senna	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251124</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>292</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>293</b>

## AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF

### Rosilene Marques Sobrinho de França

Professora doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI); mestre e doutora em políticas públicas (UFPI); graduada em Serviço Social, Direito e História; especialista em Direito e Processo Civil, em História do Brasil e em Gestão de Cidades (Fundação Getúlio Vargas/RJ); pesquisadora membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Adolescência e Juventude e do Núcleo de Pesquisa sobre Questão Social e Serviço Social. Coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sociedade, Direitos e Políticas Públicas (NUSDIPP). Membro da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Áreas de interesse de pesquisa: políticas públicas, assistência social, direitos humanos, violência, família, gerações e gênero. E-mail: rosilenemarquessobrinho@gmail.com.

**RESUMO:** o trabalho analisa a realidade social que afeta jovens e suas famílias no Brasil em tempos neoliberais, discutindo-se o trabalho do SCFV articulado ao PAIF. Com base em estudo bibliográfico e documental, os resultados mostraram os desafios desse trabalho social quanto ao atendimento das especificidades de segmentos e grupos, frente às segregações, estigmas e marginalizações que os territórios apresentam, aprofundadas no contexto do neoliberalismo, com acirramento das situações de pobreza e fragilização de vínculos,

notadamente de jovens pobres e negros da periferia, a partir de processos subordinados aos determinantes político-sociais do capitalismo em âmbito global.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Social; Juventude; Desigualdades Sociais.

**ABSTRACT:** the paper analyzes the social reality that affects young people and their families in Brazil, discussing the work of the SCFV articulated to PAIF in face of the problems experienced in the contemporary world. Based on a bibliographical and documentary study, the results showed the challenges of this social work regarding the specificities of segments and groups, in the face of the segregation, stigma and marginalization that the territories present, deepened in the context of neoliberalism, and the weakening of ties, especially of poor and black youth from the periphery, from processes subordinated to the social-political determinants of capitalism at a global level.

**KEYWORDS:** Social assistance; Youth; Social differences.

### 1 | INTRODUÇÃO

A política de Assistência Social no Brasil emerge sob um viés pontual e fragmentado, atrelada às necessidades do processo de industrialização e de urbanização no contexto

de um capitalismo tardio, que, a partir da década de 1930 se expressa a partir de conjunturas político-sociais marcadas por processos de organização produtiva e de lutas dos trabalhadores, contexto em que o Estado se apresenta como instância mediadora, que, aos poucos, passa a desenvolver ações protetivas frente às demandas político-sociais que se apresentam.

Diante da exploração, da subalternidade e da inversão dos direitos, as desigualdades de classe, de gênero, étnicas, geracionais e de renda se apresentam como desdobramentos de processos construídos historicamente e socialmente, cujos nuances apresentam vínculos societários frágeis, em face da precarização do acesso ao trabalho, a moradia, a renda e a processos de negação das desigualdades étnico-raciais, que marcam a vida econômica e as sociabilidades.

A Constituição Federal de 1988 prevê a formatação de políticas públicas, cujos marcos legais e regulatórios preveem a sua execução a partir de ações descentralizadas e participativas. No caso da Assistência Social, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, passou a ser ofertada a partir de um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, visando atender aos diversos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, risco social ou com direitos violados.

Nesse contexto, o estudo está centrado na análise do trabalho social desenvolvido no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) articulado ao Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF), situados no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência social (SUAS), frente às desigualdades sociais que afetam jovens e suas famílias na realidade brasileira.

O artigo está dividido em duas partes. A primeira, discute as desigualdades sociais que afetam os jovens e os suas famílias na realidade brasileira e, a segunda, análise o trabalho social no âmbito do SCFV articulado ao PAIF na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social, voltados para estes segmentos sociais e suas famílias.

## **2 | AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS**

As desigualdades sociais que afetam os segmentos juvenis na contemporaneidade estão sendo aprofundadas no contexto do capitalismo em tempos neoliberais, diante da redução da ação do Estado por meio de políticas públicas, com efeitos devastadores junto a população pobre, com concentração de renda, inclusão marginal, estigmatização e expropriação das classes sociais, com desdobramentos nefastos junto às juventudes, sobretudo pobre e negra, que historicamente têm sofrido processos de coerção e de criminalização (SOUZA; PAIVA, 2012).

De acordo com Abramovay et al (2010, p. 38), os territórios em que vivem significativa parcela da juventude pobre no Brasil são segregados e marginalizados, com desdobramentos nas relações que se estabelecem na vida político-social. Em conformidade com a autora, vive-se na contemporaneidade na “sociedade do

espetáculo”, contexto em os referidos estigmas são reforçados na mídia e no meio social, visto que as imagens se apresentam nas relações cotidianas a partir de uma perspectiva de mercado, como mercadoria, contexto em que a “exclusão social – ou inclusão marginal, a disseminação da violência, a ruptura de laços sociais aponta para a ‘desfiliação’ de algumas categorias sociais, como a juventude (ABRAMOVAY et al, 2010, p. 40).

Considerando o contexto contemporâneo de inclusão marginal de jovens, Abramovay et al (2010, p. 40) coloca a seguinte questão: “Como pensar a construção das subjetividades e da sociabilidade de jovens que desde muito cedo são rotulados e sobrevivem através, e apesar dos clichês, dos estereótipos de pobres, negros e/ou perigosos?”

Para Santos (2007, p. 79-81), a partir do projeto neoliberal que afeta significativamente a periferia do capitalismo, a modernidade ocidental contemporaneamente vivencia a ascensão do fascismo social, que, enquanto regime societário coexiste com a “democracia política liberal”, a partir do que chama de “fascismo pluralista”, caracterizado por relações desiguais de poder, que podem ser manifestadas nas seguintes formas: a) fascismo do apartheid social, com segregação de excluídos no espaço urbano, “dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas”, onde se pode apreender espaços periferizados e condomínios fechados, com relações que mesclam o não-estatal e o estatal; b) fascismo contratual, onde a parte vulnerável, a exemplo do trabalhador, se submete a relações precárias de trabalho, privatização de serviços públicos; c) fascismo territorial, por meio do qual grandes grupos exercem o poder sobre o território “cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes”, afetando sobremaneira a “juventude urbana dos guetos das megacidades”.

A crise capitalista no Brasil a partir de 2014, promoveu uma redução no crescimento econômico e na geração de emprego, com a elevação dos índices de extrema pobreza, apesar dos “benefícios do programa Bolsa Família” (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016, p. 17), afetando jovens cujas experiências são marcadas pela pobreza, periferização e segregação, favorecendo a fragmentação e o isolamento social, diante das estreitas zona de integração ao trabalho, reduzindo significativamente a capacidade de acesso a suportes que possam ultrapassar a inserção marginal ao sistema.

Nesse contexto, Abramovay et al (2010, p. 40), destaca que o estigma territorial “incita o Estado a adotar políticas específicas, derogatórias do direito comum e da norma nacional, que na maior parte das vezes reforçam a dinâmica de marginalização que pretendem combater, em detrimento dos habitantes”, diante dos significados e símbolos que são associados a estes territórios, que alteram negativamente as relações que se estabelecem em seu cotidiano (ABRAMOVAY et al, 2010, p. 45), afetando sobremaneira jovens pobres e negros da periferia urbana.

No que se refere à categoria pobreza, esta precisa ser vista a partir de seus aspectos multidimensionais, visto que contribui significativamente para os processos de

desfiliação social, afetando sobremaneira áreas urbanas e rurais frente a precarização da moradia, a ausência de saneamento básico, a fragilidade de acesso a renda, dentre outros (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016).

O estudo realizado pelo IPEA; SBSP (2018, p. 41) aponta a existência de um cenário de desigualdade racial, mostrando que o “risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco”. A desigualdade racial tem como principal desdobramento a violência letal, que afeta principalmente jovens negros e pobres da periferia dos centros urbanos (IPEA; SBSP, 2018, p. 41).

Por sua vez, as desigualdades de gênero, de classe e de raça, têm sido, historicamente, perpassadas pelo patriarcado, que se apresenta como uma construção sociohistórica na realidade brasileira, enquanto “sistema de opressão de gênero”, que afeta “mulheres, gays, lésbicas, transgêneros e outros que não se alinham à heteronormatividade” (CASTRO, 2018, p. 6-7). Essa realidade afeta significativamente jovens pobres e negros (as).

Muitas estão em redes presenciais e virtuais por seu corpo, por “suas regras” (como gritam tantos em passeatas), e/ou por projetos libertários (“se cuida machismo, a América Latina será toda feminista”, outra comum consigna), “Sapatão contra toda opressão”, proclamava uma das bandeiras da 10ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de Belo Horizonte, realizada em agosto de 2014 (ALVAREZ, 2014, p. 37); por sexualidades não heteronormativas e em alianças com povos LGBTTTQ, como as pessoas trans e de orientação queer; muitas focalizam energias. Contra fundamentalismos e perdas de direitos, tanto sexuais e reprodutivos, bem como, o que mais destacamos como singular destes tempos, combinando tais posturas com críticas à barbárie capitalista, o que em muitos movimentos vai além de representações de resistência contra o golpe, avançando por críticas estruturais, quer no plano virtual, por formação de redes, como em passeatas que agitaram as ruas em 1917, no Brasil. O que anima a reflexão dialética sobre a potencialidade de “cidadanias insurgentes” (HOUSTON, 2013) que, como bem sugere a contribuição das feministas negras, é, nestes tempos, com uma perspectiva interseccional, juntando sem diluir críticas à sociedade de classes, ao racismo, às iniquidades de um sistema de gênero patriarcal. Protestos debochados, que desconstrói conceitos, como a “Marcha das Vadias”, recorrendo ao corpo com cores e linguagens feministas juvenis (CASTRO; ABRAMOVAY, 2018, p. 39).

De acordo com os dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública foram registrados 49.497 casos de estupro em 2016, havendo ainda muitos casos não notificados. (IPEA; SBSP, 2018). O referido estudo mostra que a “proporção de casos de estupros cuja pessoa se identifica como branca caiu de 2011 até 2014”, em relação às pessoas que se “identificam como pessoas pardas, os casos cresceram em uma variação de 4,5%, envolvendo 45,3% dos casos” (IPEA; SBSP, 2018, p. 64).

As lutas feministas tem trazido à tona essa discussão no contexto das relações capitalistas, com significativas demandas para as políticas públicas a necessidade de problematizar e discutir as “desigualdades sócio-sexo-raciais”, considerando que estas têm sido aprofundadas diante do conservadorismo que perpassa as relações políticas, econômicas e sociais na contemporaneidade (CASTRO, 2018, p. 11).

Diante da atuação da política de Assistência Social junto a essas problemáticas sociais, em relação à atuação do SCFV articulado ao PAIF analisar-se-á de que forma as diretrizes dos respectivos serviços abordam o trabalho socioeducativo e socioassistencial junto aos segmentos juvenis e suas famílias nas situações de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza e extrema pobreza, segregação socioterritorial e fragilização de vínculos familiares e comunitários.

### **3 | O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF NO ATENDIMENTO A JOVENS POBRES E SUAS FAMÍLIAS**

A política de Assistência Social a partir da década de 1930 no Brasil se apresenta sob um viés pontual e fragmentado, com significativos enfoques paternalistas e clientelistas. No período 1945-1975, as ações desenvolvidas favoreceram a expansão do capitalismo a partir de processos de modernização e de assistência junto aos operários, favorecendo a dinâmica de desenvolvimento do capital. Nesse contexto, as garantias de direitos da classe trabalhadora estavam atreladas à produção e consumo em massa, ensejados a partir dos processos de trabalho estabelecidos no modelo fordista, que se apresentava como o regime que regia as organizações no âmbito da produção industrial (SILVA, 2012). Com a redemocratização do país, ocorreu a formatação de mecanismos visando a organização de sistemas públicos para atender às diversas demandas que indivíduos e grupos ora apresentavam.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204 dispõe que a assistência social deverá ser ofertada a quem dela necessitar, sem quaisquer contribuições para a seguridade social, disposições que foram regulamentadas pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

O Sistema Único da Assistência Social estabelecido a partir de 2005 prevê a oferta de um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais a serem ofertados no âmbito da Proteção Social Básica e Especial, enquanto política pública garantidora de direitos, cujas ofertas deverão estar sendo realizadas a partir de uma estrutura político-administrativa que viabilize a descentralização e a participação, tendo como base as estratégias de família e de território, tendo como referência os CRAS e CREAS.

Na Proteção Social Básica, a atenção aos jovens poderá ocorrer no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), por meio do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Na Proteção Social Especial ocorre nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), quando estes se encontram em situação de risco pessoal ou social ou sofrem violação em seus direitos. Quando necessitam de atendimento fora de seu núcleo familiar de origem podem ser inseridos no Serviço de Acolhimento Institucional.

A Proteção Social Básica atua frente às situações de pobreza, de nulo ou precário

acesso a renda e a serviços públicos, fragilização dos vínculos de pertencimento, quando ocorrer “discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras” (BRASIL, 2004, p. 33). Nesse contexto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 18 a 29 anos, deverá ser “realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários” [...] a fim de complementar o trabalho social com famílias”, com a prevenção do agravamento dos riscos sociais, a partir de um trabalho socioeducativo e socioassistencial a ser desenvolvido no âmbito do PAIF (BRASIL, 2009, reimpressão 2014, p. 16). Desse modo, analisar-se-á as diretrizes dos serviços supracitados para a atuação destes junto aos segmentos juvenis e suas famílias nas situações de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza e extrema pobreza, segregação socioterritorial e fragilização de vínculos familiares e comunitários.

<b>Aspectos</b>	<b>Diretrizes para a atuação do SCFV articulado ao PAIF</b>	<b>Fragilidades identificadas em relação à garantia dos direitos de jovens/famílias</b>
Pobreza e extrema pobreza	- A inserção de jovens no SCFV objetiva desenvolver um trabalho socioeducativo complementar às ações da família e da comunidade, sendo que a atuação articulada ao PAIF busca trabalhar junto à família as situações que ensejam as condições precárias de vida e que podem ser agravadas diante do precário ou nulo acesso a renda ou aos serviços públicos.	- De modo geral, a fragilidade das ofertas de serviços no âmbito das políticas públicas, os recortes seletivos e focalizados e o trabalho socioeducativo e assistencial dissociado das expressões da questão social que afetam indivíduos e famílias nos territórios, fragilizam o trabalho com os segmentos juvenis e suas famílias.
Segregação socioterritorial	O trabalho socioeducativo do SCFV articulado ao PAIF visa atuar no enfrentamento dos estigmas, segregações, discriminações e isolamento social, prevenindo a ocorrência de fragilização/rompimento de vínculos familiares e comunitários.	A segregação territorial se relaciona com questões estruturais do sistema capitalista e com a forma como o processo de urbanização foi sendo produzido no Brasil, sendo que a construção/respeito ao sentimento de identidade e de pertencimento, perpassa também o acesso a bens e serviços, muitas vezes inexistentes nos territórios periferizados onde vivem as famílias e os segmentos juvenis pobres.

Fragilização de vínculos societários	- As diretrizes do SCFV tem como foco a convivência social enquanto principal eixo do serviço, sendo que o trabalho articulado ao PAIF visa estimular a convivência familiar e comunitária, de forma a desenvolver o sentimento de pertença e de respeito às identidades, de forma a fortalecer as sociabilidades e o exercício da cidadania.	As sociabilidades compreendem relações que inter-relacionam o local e o global e desigualdades que, em tempos neoliberais, estão sendo aprofundadas a partir de determinantes político-sociais engendradas no contexto do sistema capitalista em conjunturas globalizadas. Nesse sentido, o trabalho com jovens no âmbito do SCFV articulado ao PAIF apresenta significativas fragilidades, visto que a fragilização de vínculos societários se relaciona com questões estruturais, que ensejam os estigmas, discriminações e desigualdades relacionadas a trabalho, a renda, a geração, a gênero, a orientação sexual e a raça/etnia, histórica e socialmente construídas na realidade brasileira e que precisam ser enfrentadas a partir de ações e contrapartidas efetivas envolvendo mecanismos e estratégias no campo jurídico, político, econômico e social.
--------------------------------------	---	--

Quadro 1 – Fragilidades do trabalho do SCFV articulado ao PAIF junto a jovens/famílias pobres e extremamente pobres, segregados e com vínculos societários fragilizados

Fonte: Brasil, 2017.

O quadro 1 mostra que o trabalho do SCFV articulado ao PAIF se depara com o desafio de estar diagnosticando as especificidades familiares em territórios perpassados pelas expressões da questão social. Em relação à **pobreza e extrema pobreza**, os dados do IBGE (2018, p. 33), mostram que os “indicadores de mercado de trabalho não interromperam a piora observada desde 2015”, visto que “a taxa de desocupação, que era de 6,9% em 2014, aumentou continuamente até atingir 12,5%, em 2017”, apresentando um aumento correspondente a “mais 6,2 milhões de pessoas desocupadas, pode ser atribuído, por um lado, ao ingresso de pessoas na força de trabalho à procura de ocupação (5,2 milhões de pessoas) e, por outro, à redução de 1,0 milhão de pessoas ocupadas, entre 2014 e 2017”.

Essa realidade afeta sobremaneira as famílias pobres e extremamente pobres que vivem na periferia das cidades e no meio rural, que, enfrentam os desafios que a dinâmica territorial apresenta, a partir das determinações político-sociais capitalistas globais. De modo que a fragilidade das ofertas de serviços no âmbito das políticas públicas, os recortes seletivos e focalizados e o trabalho socioeducativo e assistencial dissociado das expressões da questão social que afetam indivíduos e famílias nos territórios, fragilizam o trabalho com os segmentos juvenis e suas famílias.

No que se refere à **segregação territorial**, o público prioritário do PAIF são as famílias cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, em situação de pobreza e de extrema pobreza, que, para além do recorte de renda, vivenciam as expressões da questão social que se expressam de formas diversas, cujos desdobramentos

configuram-se em estigmas, marginalizações e segregações sociais.

O trabalho socioeducativo do SCFV articulado ao PAIF visa atuar no enfrentamento dos estigmas, segregações, discriminações e isolamento social, prevenindo a ocorrência de fragilização/rompimento de vínculos familiares e comunitários. Contudo, compreende-se que a segregação territorial se relaciona com questões estruturais do sistema capitalista e com a forma como o processo de urbanização foi sendo produzido no Brasil, sendo que a construção/respeito ao sentimento de identidade e de pertencimento, perpassa também o acesso a bens e serviços, muitas vezes inexistentes nos territórios periféricos onde vivem as famílias e os segmentos juvenis pobres.

Em relação à **fragilização de vínculos familiares e comunitários**, é importante destacar que as sociabilidades compreendem relações que inter-relacionam o local e o global e desigualdades que, em tempos neoliberais, estão sendo aprofundadas a partir de determinantes político-sociais engendradas no contexto das contradições do sistema capitalista, que perpassam conjunturas globalizadas. De modo que o trabalho com jovens do SCFV articulado ao PAIF apresenta significativas fragilidades, visto que a fragilização de vínculos societários se relaciona com questões estruturais, que ensejam os estigmas, discriminações e desigualdades relacionadas a trabalho, a renda, a geração, a gênero, a orientação sexual e a raça/etnia, histórica e socialmente construídas na realidade brasileira e que precisam ser enfrentadas a partir de ações e contrapartidas efetivas, envolvendo mecanismos e estratégias no campo jurídico, político, econômico e social.

Nesse contexto, cabe destacar que a coesão social se relaciona com a “capacidade dos vínculos societários de manterem relações de confiança, previsibilidade e reciprocidade, tanto entre os cidadãos, quanto entre estes e o Estado” (SILVEIRA, 2013, p. 152). Ao analisar essa realidade, Ribeiro (2016, p. 214) enfatiza que as desigualdades urbanas se expressam quando parte da população não usufrui dos bens e serviços socialmente produzidos.

Para Yamamoto (2013, p. 329), apesar de ter havido uma redução da desigualdade de renda entre 2001 e 2011, existe uma “naturalização dos níveis de desigualdade, colocando em questão apenas os efeitos mais visíveis dos ‘excessos da exploração e da desigualdade’”, visto que essa realidade convive com um “profundo processo de concentração e centralização da propriedade fundiária e de capitais nacionais e internacionais”.

De forma que, ao tempo em que a política de Assistência Social na perspectiva do SUAS, formalmente, visa trabalhar as situações de vulnerabilidade e riscos social vivenciadas pelas famílias e indivíduos, o contexto contemporâneo apresenta dinâmicas perpassadas por situações produtoras e reprodutoras de desigualdades, historicamente construídas que afetam, sobretudo, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas negras, indígenas, com deficiência, dentre outros, com cenários de exclusão social ou de inclusão marginal ao sistema.

Nesse contexto, a política de Assistência social a partir das estratégias de família e de território trabalha com o conceito de vulnerabilidade social e risco para análise dos níveis de desfiliação social. Para Castel (2000), os aspectos que interferem direta ou indiretamente na desfiliação perpassam as relações capitalistas e às sociabilidades que se estabelecem no meio social. Assim, a juventude enquanto categoria social com múltiplas conceituações frente às especificidades que apresenta, precisa ser também discutida a partir de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, levando-se em consideração os contextos em que estes segmentos estão inseridos.

De acordo com Cassab et al (2010, p. 104), as juventudes devem ser compreendida a partir de uma “percepção simbólica” dos sujeitos considerados jovens e a forma como os diversos segmentos e grupos sociais apreendem os significados a ela relacionados. Assim, pode-se afirmar que não existe apenas um tipo de juventude, mas juventudes, visto que estão relacionadas a “processos sociais complexos”, conforme as espacialidades e temporalidades dos contextos em que estão inseridos, com expressões plurais e diversas, expressando, dentre outras, diferenças identitárias, de classe social, de gênero, étnicas e de renda, devendo ser percebida a partir das experiências pessoais, familiares, comunitárias e territoriais que vivenciam (CASSAB et al, 2010, p. 104).

O atendimento/acompanhamento às famílias no âmbito do PAIF deve estar pautado na perspectiva do território, contexto em que o trabalho com jovens no âmbito do SCFV articulado PAIF em tempos neoliberais perpassa o desafio não somente de diagnosticar, mas, também de efetivamente trabalhar as desigualdades sociais no contexto das relações capitalistas, marcadas pela “individualização que se intensifica à medida que o capitalismo impõe a cultura da ‘liberdade individual’ e da meritocracia”, com uma cultura midiática cada vez mais voltada para uma liquidez das relações sociais, com “valores associados à mocidade, como a ideia de liberdade pessoal” (SOUZA; PAIVA; 2012, p. 357).

Formalmente, o trabalho do SCFV está fundamentado em uma dimensão socioeducativa, visando desenvolver a participação social e o sentimento de pertença e de identidade, que, articulada ao PAIF, alia-se também a uma dimensão socioeducativa com as famílias, pautada no diálogo, na prevenção da violência, estigmas e discriminações, com informações e troca de experiências, bem como socioassistencial, com inserção de indivíduos e famílias na rede de serviços públicos (BRASIL, 2009), contexto em que a atuação apresenta significativas fragilidades, diante das desigualdades estruturais que se relacionam com a engrenagem do sistema capitalista e que são agravadas em tempos neoliberais inter-relacionando determinações político-sociais em âmbito global.

A atuação junto a jovens pobres e suas famílias no campo preventivo, visando prevenir o agravamento de suas vulnerabilidades sociais, tem uma capilaridade que não atua com profundidade junto às necessidades dos grupos e, também possui uma intervenção familiar, pontual e fragmentada, sem contrapartidas efetivas em termos de

ofertas de serviços que as demandas desse público exige, fazendo com que jovens pobres e negros que vivem na periferia dos centros urbanos, continuem a vivenciar os estigmas da pobreza e da segregação territorial.

## 4 | CONCLUSÃO

A realidade brasileira contemporânea se apresenta marcada pelo aprofundamento das diretrizes neoliberais, com flexibilização das relações de trabalho, reforma na previdência, fragilização de vínculos trabalhistas e a indiferença pelas identidades e direitos histórica e socialmente construídos, com o avanço do conservadorismo no campo político e social, contexto em que o Estado social retroage e o Estado penal se apresenta como resposta às expressões da questão social vivenciadas por segmentos sociais pobres e negros, com significativos reflexos junto a jovens da periferia dos centros urbanos.

Apesar do rol de direitos e garantias assegurados na Constituição Federal de 1988, a atuação do Estado em tempos neoliberais tem sido mais pelo viés dos sistemas de segurança pública e de justiça do que das ações protetivas por meio das políticas públicas. Embora tenha havido avanços no processo de construção do SUAS a partir de 2005 com o estabelecimento das regulações e a definição de seu campo de atuação a partir das ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios, visando a configuração de um sistema público e participativo, as ações protetivas desenvolvidas não tem sido são capazes de atender as especificidades que os indivíduos e famílias apresentam.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam Abramovay (Coord. ); ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto; CARVALHO, Luis Felipe de; CASTRO, Mary Garcia; FEFFERMANN, Marisa; NEIVA, Roberto Rodrigues; MACIEL, Max (Autores). **Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos**. 1ª ed. Brasília-DF, 2010, 314 p.

BRASIL **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**, Brasília: MDS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica da Assistência Social**, Brasília: MDS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução de nº 109/CNAS, Brasília: MDS, 2009, reimpressão 2014.

\_\_\_\_\_. **Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) Departamento de Proteção Social Básica (DPSB), Brasília, 10 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Atenção às famílias das mulheres grávidas, lactantes e com filhas/os até 12 anos ou com deficiência privadas de liberdade**. Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS, Brasília, 2018. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca\\_feliz/Documento%20mulheres%20encarceradas%20final.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Documento%20mulheres%20encarceradas%20final.pdf). Acesso em 15 de abril de 2019.

CASSAB, Clarice; TOLEDO, Juliana Aparecida Cantarino; FERREIRA, Kátia Oliveira Ferreira; REZENDE, Rayssa Pinto. Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira, **Finisterra**, LI, 102, 2016, p. 103-120.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EUC, 2000. p. 17-49.

CASTRO, Mary Garcia. Questionando o paradigma da simplificação que considera gênero como ideologia. Juventudes no Brasil e direitos sexuais e reprodutivos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Juventude, gênero, sexualidade, família e escola**. Série Cadernos FLACSO nº 14, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <http://flacso.org.br/files/2018/12/Cadernos-Flacso-N-14-Juventude-Ge%CC%82nero-Sexualidade-Fami%CC%81lia-e-Escola.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2019.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Elas, jovens nas ruas, tomando partido: Brasil, pós 2013. **Juventude, gênero, sexualidade, família e escola**. Série Cadernos FLACSO nº 14, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <http://flacso.org.br/files/2018/12/Cadernos-Flacso-N-14-Juventude-Ge%CC%82nero-Sexualidade-Fami%CC%81lia-e-Escola.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2019.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 31, nº 92, Outubro/2016, p. 1-21.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013, p. 326-342.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018.

IPEA/FBSP, **Atlas da Violência 2018**. Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). CERQUEIRA, Daniel (Pesquisador (coordenador) (Ipea) Renato Sergio de Lima - Pesquisador (FBSP e FGV) Samira Bueno - Pesquisadora (FBSP) Cristina Neme - Pesquisadora (FBSP) Helder Ferreira - Pesquisador (Ipea) Danilo Coelho - Pesquisador (Ipea) Paloma Palmieri Alves - Pesquisadora (Ipea) Marina Pinheiro - Pesquisadora (FBSP) Roberta Astolfi - Pesquisadora (FBSP) David Marques - Pesquisador (FBSP) Milena Reis - Estagiária Filipe Merian – Estagiário. Rio de Janeiro, junho de 2018. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf). Acesso em 19 de abril de 2019.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saude soc.** [online]. 2008, vol.17, n.3, pp.63-76.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. Dossiê, **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 198-230.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP** 79, novembro 2007, pp. 71-94.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7.ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Alan Teles da. **Crise capitalista e Assistência Social**: concepções e particularidades das transferências de renda no Brasil. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade de Brasília, Brasília-DF, dezembro de 2012.

SILVEIRA, Alair Suzeti da. Estado do Bem-Estar Social e desfiliação social. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 12 - Nº 23 - Jan./Abr. de 2013, p. 145-176. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2175-7984.2013v12n24p145/25562>. Acesso em 19 de abril de 2019.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, 17(3), setembro-dezembro/2012, p. 353-360.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Thaislayne Nunes de Oliveira:** Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações afirmativas 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 176

Adolescentes 30, 102, 114, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 167

Assistencialismo 88, 103

Assistencialista 48, 49, 52, 56, 76, 131, 137, 275

Assistência social 18, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 143, 153, 184, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 285, 292

Ato infracional 118, 119, 124, 128, 152, 153, 154

### C

Capitalismo 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 30, 33, 56, 60, 63, 67, 72, 97, 107, 108, 109, 111, 115, 119, 120, 121, 122, 127, 146, 147, 180, 196, 271, 272

Capitalista 2, 3, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 27, 38, 42, 52, 59, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 127, 145, 148, 149, 151, 153, 185, 192, 194, 195, 196, 208, 271, 277

Cidadania 12, 15, 57, 59, 66, 72, 82, 83, 95, 113, 117, 118, 120, 124, 126, 127, 128, 147, 157, 181, 234, 269, 274

Classes sociais 108, 121, 163, 183, 190, 192, 194

Clientelismo 59, 88

Clientelista 48, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 103

Coronelismo 49, 50, 59, 189

Coronelista 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60

Crime 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154

### D

Desemprego 15, 20, 34, 38, 50, 86, 100, 105, 121, 123, 146, 148, 181, 205

Desenvolvimentismo e Pós-Desenvolvimentismo 5

Desigualdade 19, 20, 25, 26, 31, 38, 86, 104, 110, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 157, 158, 163, 166, 169, 172, 173, 187, 188, 190, 197, 199, 206, 235, 271, 277

Desigualdade social 19, 38, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 158, 169, 173, 190, 271, 277

Desigualdade socioespacial 194

Determinantes sociais 82, 287, 289

Direitos sociais 13, 17, 18, 20, 38, 59, 60, 70, 76, 77, 104, 120, 121, 127, 174, 181, 240, 274, 275, 284, 292

Drogas 29, 70, 152, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

### E

Encarceramento 145, 146, 150, 151, 152, 154, 155

Estado 4, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 48, 49, 50, 52, 53, 57, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 83, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 104, 105, 108, 109,

114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 161, 162, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 207, 213, 235, 236, 242, 243, 244, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 283, 284, 285, 288, 291  
Exclusão social 46, 109, 114, 174, 189, 192, 272

Extrema pobreza 26, 27, 79, 109, 111, 112, 113, 120

## **F**

Famílias 26, 27, 28, 79, 80, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 136, 138, 163, 180, 201, 207, 209, 240, 273, 275

Focalização 17, 18, 19, 30, 38, 76, 82, 85, 86

## **G**

Gestão de pessoas 213, 214, 215, 225, 231, 232

## **I**

Inclusão social 30, 32, 72, 95, 96, 120, 122, 123, 127, 156, 157, 164, 274

## **J**

Jovens 33, 72, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Justiça social 17, 27, 87, 105, 121, 123, 184

Juventude 29, 69, 72, 107, 108, 109, 115, 117, 123, 138, 139, 140

## **M**

Marginalização 70, 109, 157, 165, 184, 192

Marxismo 21, 24, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

Marxista 7, 12, 14, 24, 31, 50, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 147

Medida socioeducativa 125, 154

Meio ambiente 8, 186, 190, 193, 196, 247, 248, 249, 251, 254, 256, 258

Mercado de trabalho do assistente social 35

Miséria 27, 79, 82, 83, 168, 169, 174, 186

## **N**

Negros 107, 109, 110, 116, 146, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 172, 173

Neoliberal 13, 16, 17, 25, 38, 39, 56, 57, 78, 82, 86, 88, 100, 109, 196, 272, 285

Neoliberalismo 25, 27, 39, 56, 86, 107, 272

## **P**

Pobreza 3, 8, 11, 15, 17, 20, 26, 27, 49, 50, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 162, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 192, 210, 236, 271, 275, 277

Política de habitação 194

Política econômica 15, 25, 26, 30

Política pública 17, 83, 85, 87, 88, 111, 141, 193, 234, 275, 284

Políticas compensatórias 16, 105

Projeto ético e político 42, 46

Proteção social 22, 25, 32, 33, 38, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 116, 122, 126, 127, 274, 275, 286, 291

## Q

Questão social 16, 30, 32, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 72, 82, 86, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 127, 147, 148, 192, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277

## R

Racismo 72, 110, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174

Refugiados 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Relações sociais 14, 31, 36, 37, 43, 44, 71, 98, 101, 115, 117, 122, 126, 164, 165, 177, 183, 185, 189, 190, 194, 276

Religião 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 170, 171, 186

Religiosidade 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73

Riscos 41, 86, 96, 100, 105, 112, 114, 163, 164, 202, 251, 262, 266, 280, 287, 289

Riscos sociais 86, 96, 112

## S

Saúde pública 196, 242, 245, 256, 259, 280, 282, 284, 285, 287, 289, 292

Seguridade social 16, 18, 22, 32, 75, 79, 83, 85, 87, 89, 90, 94, 105, 111, 272, 273, 275, 276, 287, 292

Seletividade 18, 78, 79, 85, 86, 88

Serviço social 13, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 93, 95, 107, 129, 138, 140, 141, 144, 167, 175, 178, 179, 268, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292

Sistema penal 145, 146, 152, 154

## T

Teoria social crítica 1, 2

## U

Universalidade 78, 79, 150, 273

Urbanização 50, 107, 112, 114, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 210

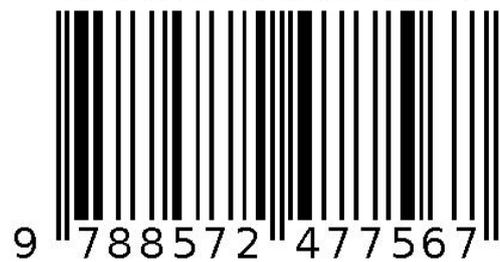
Urbano 40, 45, 109, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 210, 254

## V

Violência 12, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 71, 73, 77, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 127, 128, 133, 138, 139, 145, 148, 150, 174, 177, 190, 272, 277, 292

Vulnerabilidade social 95, 96, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 115, 138, 139, 141, 209, 277

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-756-7



9 788572 477567